

GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA

Tayana de Mello Rabêlo¹

Gustavo Nunes Mourão²

RESUMO

Este artigo se propõe a estudar o Vale do Ribeira, que apesar de fazer parte do segundo e do quinto estado com o maior desenvolvimento humano (São Paulo e Paraná), é considerada uma das regiões mais carentes do Brasil. O objetivo da pesquisa é testar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano dos municípios dessa região. Para alcançar esse propósito, foi utilizado como *proxy* para o desenvolvimento humano o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e para representar a qualidade da administração dos recursos públicos foi utilizado o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). O artigo inicia-se com o panorama geral da região, e posteriormente são explicadas as metodologias do IFGF e IFDM. Por fim são apresentados os resultados empíricos, chegando a conclusão de que o IFGF tem correlação positiva com o IFDM, sendo capaz de explicar cerca de 5,6% deste no período de 2006 a 2010.

Palavras-chave: Vale do Ribeira. Gestão Fiscal Municipal. Desenvolvimento Regional. Municípios.

¹ Acadêmica do 3º ano do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013-14) da mesma instituição. *E-mail*: tayana.melo@hotmail.com

² Mestre em Economia pela UEM. Professor Assistente Mestre na FAE Centro Universitário. *E-mail*: gustavo.mourao@fae.edu.

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira é uma região paulista e paranaense titulada pela Unesco como patrimônio natural, socioambiental e cultural da humanidade. Ele tem a maior área contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil, com 2,1 milhões de hectares de floresta, 150 mil de restingas, 17 mil de manguezais, além de 200 quilômetros de costa. É também a maior reserva de água doce dos dois estados, abrigando as nascentes de vários rios que abastecem um grande número de municípios.

Em contraposição a essa riqueza ambiental e cultural, o Vale do Ribeira apresenta os menores índices de desenvolvimento humano dos estados de São Paulo e Paraná, e ainda não existem alternativas eficazes de desenvolvimento econômico da região. Este cenário se agrava pela proximidade dos centros urbanos industriais de Curitiba e São Paulo, cuja oferta de empregos e melhor perspectiva de vida acabam por incentivar a migração da população economicamente ativa.

Este cenário propicia a atuação do Vale do Ribeira como fornecedor de recursos naturais de baixo custo, gerando poucos benefícios para a população residente e muitas vezes descuidando da preservação do patrimônio ambiental e cultural.

O problema da pesquisa foi o de verificar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano municipal no Vale do Ribeira. O objetivo geral da pesquisa é mensurar a influência do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios do Vale do Ribeira. Esse objetivo geral se desdobrou em três objetivos específicos, são eles: apresentar um panorama geral do Vale do Ribeira; explicar a metodologia do IFGF, do IFDM e a metodologia utilizada para estabelecer a relação entre os dois índices; e verificar se há correlação entre ambos.

1 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de consulta bibliográfica para a caracterização do panorama geral da região e explicação da composição dos principais índices que compõem a pesquisa (IFGF e IFDM).

A partir dos dados do IFGF e do IFDM, encontrados no *site* da Firjan, aplicou-se o método dos mínimos quadrados ordinários, no qual, por meio de uma regressão linear simples, calculada por meio do *software* Microsoft Excel 2013®, procurou-se identificar o quanto do desenvolvimento humano é explicado pela qualidade da gestão fiscal do município. Como *proxy* para o desenvolvimento humano utilizou-se o IFDM, sendo essa a variável dependente ou explicada (y), e como *proxy* para a qualidade da gestão fiscal foi utilizado o IFGF, sendo essa a variável independente ou explicativa do modelo (x).

Foram utilizadas na regressão um total de 156 observações, compreendendo o IFGF e o IFDM dos 31 municípios que compõem a região nos estados do Paraná e São Paulo para os anos de 2006 a 2010. Foram excluídos da análise os municípios de Ribeira (SP), Doutor Ulysses (PR) e Tunas do Paraná (PR) em 2008 e Doutor Ulysses (PR) em 2007 por falta de informação sobre o IFDM ou sobre o IFGF.

Verificou-se também, por meio da plotagem dos resíduos, que não havia a presença de heterocedasticidade, e por se tratar de uma regressão linear simples não poderia ocorrer a multicolinearidade.

2 RESULTADOS

Os resultados observados foram divididos em quatro partes nesta seção. Na primeira parte, panorama geral da região, as características históricas, econômicas, geográficas e sociais estão brevemente descritas. Na segunda parte é descrita a composição e o método de cálculo do IFGF. Na terceira parte são explicados o IDH e IFDM. Na quarta parte são apresentados os resultados empíricos da pesquisa.

2.1 PANORAMA GERAL DA REGIÃO

A colonização da baixada do Ribeira se iniciou no século XVI com a busca de ouro e prata. Anteriormente era habitada por índios seminômades. Na primeira fase da exploração mineral surgiram as vilas litorâneas de Cananeia e Iguape. A partir do século XVII, o interior passou a ser ocupado mais intensamente, surgindo as cidades de Sete Barras, Juquiá, Ribeira e Jacupiranga nas margens do Rio Ribeira de Iguape.

A descoberta de minas de ouro contribuiu ainda mais para o fim do isolamento do interior, e sua exploração se estendeu até o início do século XIX, quando então se iniciou o desenvolvimento da agricultura e do porto de Iguape. Havia grande escoamento para a exportação de arroz, que devido à alta demanda exigiu a construção do canal do Vale Grande, interligação entre o Rio Ribeira de Iguape e Mar Pequeno.

No início do século XX a região estagnou-se economicamente por conta do colapso da produção de arroz, fenômeno causado pela expansão da lavoura de café e abolição do tráfico de escravos. A partir deste período começaram as culturas de banana e chá, e a partir dos anos de 1960 as estradas de asfalto facilitaram a chegada à região. Nesta mesma década foi reconhecida a importância ecológica da bacia do Rio Ribeira de Iguape e foram criadas diversas áreas de proteção ambiental que, no entanto, afetaram a população nativa, privando-a do uso da terra.

Atualmente, a região do Vale do Ribeira abrange partes do território paulista e paranaense e estrutura-se a partir da bacia hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape. A região é caracterizada pela riqueza dos recursos naturais, alto grau de preservação de suas matas e sua grande diversidade ecológica. Em sua extensão, são encontrados também importantes remanescentes de restinga e manguezais. Há uma extensão territorial de 29.774 km², na qual a população é de aproximadamente 720 mil habitantes, distribuídos em municípios no estado de São Paulo e Paraná.

Em 1999 foi concedido pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) o título de Patrimônio Natural da Humanidade, por ser um espaço físico marcado pelo verde exuberante, detentor da maior parte da Mata Atlântica, importante ecossistema do país, de uma riquíssima biodiversidade. Corresponde a 2,1 milhão de hectares de floresta, 150 mil de restingas, 17 mil de manguezais e 200 quilômetros de costa, localizada entre São Paulo e Paraná. É também a maior reserva de água doce desses dois estados, tendo várias nascentes de rios que abastecem diversas cidades e metrópoles.

Em contraposição a este inestimável patrimônio ambiental, o Vale do Ribeira é historicamente uma das regiões mais pobres do país e possui os menores índices de desenvolvimento humano dos dois estados. Não existem alternativas eficazes de desenvolvimento econômico na região e isto se agrava pela proximidade dos centros urbanos industriais de Curitiba e São Paulo.

Este cenário propicia a transformação do Vale do Ribeira em fornecedor de recursos naturais de baixo custo, com poucos benefícios para a população residente e pouca preocupação com a preservação do patrimônio ambiental e cultural, constituindo um enclave de estagnação econômica e indicadores econômicos e sociais deficitários.

A agricultura apresenta-se com uma das principais atividades econômicas, embora no litoral a principal atividade seja a pesca. Os principais produtos são: o camarão e a ostra, crustáceos e pescados. Nas lavouras são as bananas e o chá preto. Há também atividade de pecuária e existe ainda a exploração de fosfato e calcário, embora essas atividades absorvam pouca mão de obra.

O dinamismo econômico é baixo, não havendo muitas oportunidades de trabalho e infraestrutura. O quadro é agravado pela proximidade dos dois grandes centros urbanos São Paulo e Curitiba, que incentivam a migração da população economicamente ativa.

Em seu território não se encontra apenas a riqueza ambiental. Seu patrimônio cultural é igualmente valioso, pois trata-se de uma diversidade quase não encontrada em locais tão próximos dos maiores centros urbanos do país. Sua população é formada por indígenas, comunidades caiçaras, quilombolas, pescadores tradicionais, descendentes

de europeus, russos, japoneses, chineses e pequenos produtores rurais que vislumbram a chegada do desenvolvimento econômico local, o aumento das oportunidades de crescimento e a melhoria da qualidade de vida para toda a sua população.

2.2 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

Para estimular a cultura da transparência e responsabilidade administrativa, facilitando o acesso às contas municipais, além de disponibilizar à sociedade a demonstração de como os tributos pagos pela sociedade estão sendo administrados pelas prefeituras, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) faz um levantamento da situação dos municípios brasileiros, avaliando o desempenho e publicando um relatório fiscal desses municípios.

Para esse fim foi desenvolvido desde 2012 o IFGF, que possibilita aos gestores públicos a melhor tomada de decisão na alocação de recursos, auxiliando no aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, que contribui para uma gestão prática e democrática.

Todos os dados oficiais referentes às despesas, receitas, ativos e passivos dos entes públicos brasileiros atendem ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e contribuem proporcionando os subsídios técnicos para a pesquisa. O índice é construído com base em todas as informações orçamentárias e patrimoniais declaradas pelos próprios municípios e divulgadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através das “Finanças Brasil” (FINBRA).

Na composição do índice procura-se detectar os desafios na alocação de recursos por parte da gestão municipal, analisando todas as restrições orçamentárias com as quais as prefeituras brasileiras se defrontam. No processo de análise e investigação são acentuados três pontos: pelo lado da receita, a problemática consiste na dependência das transferências intergovernamentais; pelo lado do gasto, o desafio é a gestão das despesas correntes, principalmente no que se refere a gastos com pessoal e encargos da dívida, observando que a rigidez orçamentária decorrente do seu elevado peso no orçamento pode comprometer os recursos programados para outros fins, em especial os investimentos; e por último, constata-se que dependendo do total de ativos financeiros disponíveis, a postergação de despesas pode prejudicar a execução das políticas públicas. A falta de planejamento orçamento gera problemas de liquidez para muitas prefeituras brasileiras, tendo em vista a prática recorrente e disseminada do uso de restos a pagar como alternativa para o endividamento.

Outra importante característica é que a leitura do índice IFGF se utiliza de uma metodologia que permite tanto a comparação relativa quanto a absoluta, portanto, o índice não se resume a um panorama anual, ele pode ser comparado ao longo dos anos. Por isso é possível determinar e especificar com precisão se alguma melhoria relativa de posição em um *ranking* se deve a fatores específicos de um determinado município ou a piora relativa dos demais.

A pesquisa se debruça sobre os cinco indicadores avaliados que compõem o IFGF, são eles: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida. Para a pesquisa os quatro primeiros tem peso de 22,5% e o último de 10,0% no resultado do valor agregado no final do índice, haja vista o baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros.

A incapacidade dos municípios brasileiros de contrair dívidas está relacionada às inúmeras restrições e à falta de garantias frente ao mercado de crédito. Em suma, entende-se que a capacidade de endividamento municipal será recuperada no médio prazo, o que torna crucial o acompanhamento desse processo de avaliação. Por último, cabe frisar que todos os indicadores avaliados estão em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

QUADRO 1 – Composição do IFGF

IFGF				
Receita Própria	Investimentos	Gastos com Pessoal	Liquidez	Custo da Dívida
Capacidade de arrecadação	Capacidade de fazer investimentos	Grau de rigidez do orçamento	Utilização do artifício dos restos a pagar sem cobertura	Custo da dívida de longo prazo
Receita Própria	Investimentos	Pessoal	Restos a Pagar	Juros e Amortizações
Rec Corrente Líquida	Rec Corrente Líquida	Rec Corrente Líquida	Ativo Financeiro	Rec Líquida Real
22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	10,0%

FONTE: Firjan (2013)

2.2.1 IFGF Receita Própria

O orçamento dos municípios é engessado pelos repasses intergovernamentais, haja vista que eles estão sujeitos às programações superiores e às incertezas governamentais. Para que o município coloque em prática projetos de longo prazo ele precisa gerar sua própria receita, desta forma não estará sujeito a impactos negativos em suas fontes de financiamento, o que gera cortes orçamentários nos investimentos. Segundo Mendes (1998, p. 25), existem quatro motivos principais para o baixo volume de receita própria nos municípios:

1. As diferenças entre o tamanho da economia local e o volume de recursos recebidos desestimulam o uso eficiente da capacidade tributária dos municípios;
2. Incentivos à despreocupação com a minimização de custos operacionais;
3. Eleva a receita governamental sem retirar da renda do contribuinte local, o que faz crescer o poder de barganha do governante;
4. As oscilações do total repassado pelas demais esferas de governo dificultam a programação das políticas públicas.

Nesse panorama, o que verifica o grau de autonomia dos municípios é o indicador receita própria. Quanto mais próximo de 1 o IFGF receita própria for, estará representando que a dependência de recursos provenientes das transferências constitucionais e voluntária de outros entes é menor.

Como o sistema federativo é construído com base em transferências, principalmente para atender demandas da saúde e educação, os municípios não podem depender somente de suas receitas próprias. Dessa forma, esse indicador foi constituído considerando que os municípios devem gerar receitas próprias equivalentes à metade de suas receitas correntes líquidas. Então, os municípios que não têm receita própria recebem 0,00 enquanto que aqueles que geram 50% ou mais da sua RCL recebem 1,00 no IFGF Receita Própria.

2.2.2 IFGF Gastos com Pessoal

As despesas com pessoal representam a maior parte do orçamento do setor público, correspondendo a quase metade da RCL. Velloso (2006) lembra ainda que o gasto com pessoal é uma despesa rígida, uma vez que não se pode reduzir ou recusar o pagamento de salários e aposentadorias de servidores que têm seus valores fixados em lei. Dessa forma, as políticas públicas são afetadas pelo compromisso excessivo das receitas frente às despesas com pessoal, o que implica na redução de recursos destinados a outros fins.

Para evitar a rigidez orçamentária e garantir espaço para alocação de outras despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limitou os gastos com pessoal em até 60% da RCL. A mesma legislação, no art. 22, determina um limite prudencial, em que fica vedada a criação de cargos, empregos, funções e outras restrições, quando os gastos com pessoal ultrapassar 57% da RCL. Nesse contexto, o IFGF gasto com pessoal analisa o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal.

Com objetivo de penalizar os municípios que ultrapassarem os limites impostos pela LRF, na construção do índice foram adotados dois parâmetros. O primeiro utiliza a nota de corte de teto de 60% da RCL. O segundo considera como o menor valor o percentual de 30% da RCL, ou seja, metade do limite legal da LRF. Portanto, o município que superar os 60% receberá 0,00 no IFGF gastos com pessoal e o que registrar percentual inferior ou abaixo disto receberá 1,00. Ao analisar os resultados, elenca-se que quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal, e isso resulta em um volume maior de recursos para as prefeituras executarem suas políticas públicas.

2.2.3 IFGF Investimentos

Para garantir o crescimento econômico sustentado da economia brasileira e, sobretudo, o fornecimento dos serviços necessários à população, o investimento público é variável chave (FERREIRA, 1996; AFONSO; JUNQUEIRA, 2009). Para gerar bem-estar social e estimular as atividades econômicas, o desenvolvimento da educação, saúde, transporte, saneamento básico e infraestrutura são necessários e constituem investimentos municipais.

O IFGF investimento mensura a parcela de investimentos no orçamento do município. Os municípios que investem mais de 20% da sua RCL tem a nota 1,00, ou seja, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados.

2.2.4 IFGF LIQUIDEZ

A rubrica restos a pagar era comumente utilizada para que as despesas que pertencem a um exercício sejam passadas para o próximo ano. Nascimento e Debus (2009) ressaltam, no entanto, que os restos a pagar passaram a ser utilizados pelos municípios como uma forma de financiamento, postergando as dívidas a serem pagas com arrecadação futura.

Desta forma, a LRF estabeleceu que no último ano de mandato o município tenha recursos suficientes para sanar o montante dos restos a pagar. O IFGF liquidez foi concebido seguindo esta lógica. Se o município tiver mais restos a pagar do que recursos, sua nota será 0,00; quanto mais próximo de 1,00 estiver, isso indica que o município está postergando menos pagamentos para o exercício do ano seguinte.

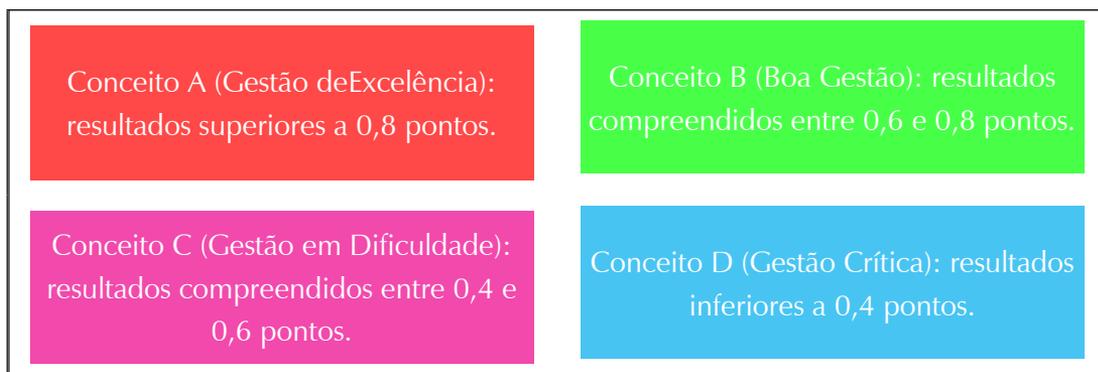
2.2.5 IFGF Custo da Dívida

A parcela do orçamento comprometida com o pagamento de juros e amortizações é um ponto de extrema importância, visto que limita a capacidade de quitar a dívida. Além disso, quanto mais se gasta neste quesito, menor a disponibilidade de recursos para outras áreas. Os municípios têm um limite de emissão de títulos internos ou externos de 13% da receita líquida real, estabelecido pela resolução nº 43 do Senado Federal. Isto foi imposto após a renegociação das dívidas de estados e municípios com o Governo Federal, em 1997 e 2001.

O IFGF custo da dívida segue os valores compreendidos entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações referentes a empréstimos obtidos por meio da emissão de títulos em anos anteriores.

Em suma, o IFGF tem uma leitura dos resultados por indicador ou do índice geral bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF, que foram distribuídos da seguinte forma:

FIGURA 1 – Conceitos IFGF



FONTE: Os autores (2014)

2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IFDM)

A definição de desenvolvimento humano parte da premissa de que para que as pessoas tenham capacidades e oportunidades de ser o que almejam, estas passam por vários processos de escolha. O desenvolvimento humano examina com um olhar direcionado para as capacidades e oportunidades das pessoas (PNUD, 2014), em contraste com a perspectiva do crescimento econômico, que apenas se limita a analisar o bem da sociedade pela renda e recurso que ela pode gerar.

A renda é um importante fator como meio de desenvolvimento, no entanto, apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o progresso de uma nação. Com o desenvolvimento humano, esse foco é transferido para o ser humano e parte de pressupostos de que, para alcançar a qualidade de vida é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar todas as características sociais, políticas e culturais de uma população, que influenciam diretamente na sua condição e qualidade de vida. Esses conceitos são as bases do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), visa mostrar a realidade social, medindo o desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e renda. Em sua composição é incluído o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera o aspecto econômico de desenvolvimento, e outros indicadores sociais que representam a saúde e a educação. Em suma, ele é uma alternativa a indicadores que se baseiam apenas na perspectiva econômica.

O IDH foi idealizado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Ul Haq em parceria com o economista indiano Amartya Sen, visando transformar a maneira como se avalia a situação social das nações do mundo, refletindo de maneira mais precisa o progresso social dos países por meio de uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano.

Entretanto, algumas dimensões do desenvolvimento humano não são contempladas pelo IDH, como a felicidade das pessoas, nem o melhor lugar do mundo para se viver. Outros fatores como: sustentabilidade, democracia, participação e equidade fazem parte do desenvolvimento humano, mas não são considerados no IDH.

Desde 2010 novas metodologias estão sendo incorporadas para o cálculo do IDH, que utiliza três componentes agrupados por média geométrica a partir da contagem dos indicadores: longevidade, educação e renda. Estes são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões preexistentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2013).

O IDH foi publicado pela primeira vez em 1990. Devido ao movimento de entrada e saída de países, ocorreram várias adaptações metodológicas para permitir uma análise de propensão.

O índice de desenvolvimento humano é uma referência mundial, e uma adaptação tem sido utilizada pela Firjan que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador composto que aborda, com igual peso, as áreas de emprego, renda, educação e saúde. Sua metodologia permite determinar se a melhoria do índice deve-se ao desenvolvimento de determinado município ou se é apenas resultado da piora dos demais municípios.

O IFDM tem as seguintes premissas segundo o Sistema Firjan (2014):

- Acompanhar as três principais áreas de desenvolvimento: Educação, Saúde, Emprego & Renda;
- Ter periodicidade ANUAL, recorte MUNICIPAL e cobertura NACIONAL dos 5.565 municípios brasileiros;
- Utilizar-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais;
- Permitir comparações absolutas e relativas, identificando se a melhora ocorrida em determinado município decorreu da adoção de políticas específicas ou apenas da queda ou ascensão dos demais municípios no ranking;
- Possuir fácil leitura: o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da cidade. Além disso, para maior praticidade na análise dos resultados, foram definidas as seguintes classificações:
 - » municípios com IFDM entre 0 e 0,4 ▶ BAIXO desenvolvimento;
 - » municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ▶ desenvolvimento REGULAR;
 - » municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ▶ desenvolvimento MODERADO;
 - » municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ▶ ALTO desenvolvimento (FIRJAN, 2014).

QUADRO 2 – Resumo das variáveis componentes do IFDM

IFDM		
Emprego&Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Matrículas na educação infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção da mão de obra local	Abandono no ensino fundamental	Óbitos por causas mal-definidas
Geração de Renda formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Salários médios do emprego formal	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica
Desigualdade	Média de horas aula diárias no ensino fundamental	
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

FONTE: Firjan (2013)

3.1 IFDM – EMPREGO E RENDA

É composto por emprego, que avalia a geração de emprego formal e a capacidade de absorção da mão de obra local, e renda, que avalia a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho. O índice de emprego e renda é dividido igualmente entre essas duas dimensões. Os dados são retirados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Caged, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego, além de projeções oficiais do IBGE.

3.2 IFDM – EDUCAÇÃO

É composto por seis indicadores. Foi idealizado para mensurar a oferta de educação infantil e principalmente a qualidade da educação no Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental tem peso de 80% e o Ensino Infantil de 20%. A fonte dos dados é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação.

3.3 FDM – SAÚDE

Tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal. Os dados são provenientes do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre os Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema de Internações Hospitalares (SIH), todos do Data SUS do Ministério da Saúde. É composto de quatro indicadores de pesos iguais: percentual de gestantes com mais de seis consultas pré-natal, proporção de mortes por causas mal definidas, taxa de óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica.

4 RESULTADOS EMPÍRICOS

A partir desses indicadores foi efetuada uma regressão simples entre o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano (IFDM) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) de 2006 a 2010. Utilizou-se o IFDM como variável explicada, e o IFGF como variável explicativa. O modelo estimado pode ser descrito por meio da seguinte função:

$$(0,018647804) \quad (0,035112914)$$

$$\widehat{IFDM} = 0,618798189 + 0,106149518 * IFGF \quad (1)$$

O coeficiente de explicação (R^2) encontrado pelo modelo foi igual a 0,056020156, indicando que cerca de 5,602% do IFDM pode ser explicado pelo IFGF. O F de significação encontrado que foi de 0,002931641, mostrando que a regressão é significativa a 5%, conforme mostrado no TAB. 1:

TABELA 1 – Análise da Regressão

RESUMO DOS RESULTADOS								
<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,236685775							
R-Quadrado	0,056020156							
R-quadrado ajustado	0,049890417							
Erro padrão	0,058012349							
Observações	156							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	0,030756946	0,030756946	9,139077	0,002931641			
Resíduo	154	0,518276621	0,003365433					
Total	155	0,549033567						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	0,618798189	0,018647804	33,1834357	4,73E-72	0,581959675	0,655636702	0,581959675	0,655636702
IFGF (X)	0,106149518	0,035112914	3,02309056	0,002932	0,036784376	0,17551466	0,036784376	0,17551466

FONTE: Os autores (2014)

Os resultados empíricos sugerem que realmente existe uma correlação entre a qualidade da gestão fiscal e o desenvolvimento humano dos municípios do Vale da Ribeira, e que esta responde por mais de 5,6% do IFDM que o município apresenta. Os outros fatores que implicam no desenvolvimento parecem explicar de forma mais abrangente a condição do desenvolvimento humano nos municípios, embora a gestão fiscal tenha se mostrado significativa.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como principal objetivo mensurar o impacto do IFGF no IFDM dos municípios do Vale do Ribeira, uma região que tem potencial ecológico de desenvolvimento e, mesmo estando próxima de dois importantes polos econômicos do Brasil, apresenta índices de desenvolvimento deficitários. Com base nos estudos realizados, foram analisados dados estatísticos retirados de *sites* e verificada a correlação estatística entre o IFGF e IFDM.

O índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) é uma ferramenta utilizada com o intuito de contribuir avaliando a qualidade da gestão dos municípios, e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, levando em consideração Emprego & Renda, saúde e educação. Com base nesses índices testamos as hipóteses de que a qualidade da gestão municipal no Vale do Ribeira tem correlação com o desenvolvimento humano nos municípios.

Foi constatado que a qualidade da gestão pública responde por 5,602% do IFDM, revelando que ela tem influência direta sobre o desenvolvimento humano municipal no Vale do Ribeira.

Dessa forma, verificou-se que existe uma correlação entre as duas variáveis, e pode-se ainda quantificar a influência do IFGF no IFDM. Obviamente outras variáveis influenciam também o desenvolvimento humano na região, o que poderia ser fruto de outros estudos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; JUNQUEIRA, G. **A baixa taxa de investimento público brasileiro comparado a dos demais países em desenvolvimento**. Nota Técnica, Disponível em: <<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=2&Num=0&numPagina=2&ordenacao=1>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

DEBUS, I.; NASCIMENTO, E. R. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (FIRJAN). **Consulta ao índice**: pesquisa. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifgf/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. **Downloads**: anexo metodológico – IFGF 2011. edição 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC4061424F014141B81B560D53>>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**: ano-base 2011. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**: ano-base 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2013/#/1/zoomed>>. Acesso em: 06 set. 2013.

FERREIRA, P. C. Investimento em infraestrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: Paraná. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_ES&coduf=41&search=parana>. Acesso em: 23 ago. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores Sociais**: índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) – 2000**. Anotações sobre o desempenho do Paraná. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/idhm_2000.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/vale_ribeira.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2013.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO PARANÁ (PDTCP). **Vale do Ribeira**: informativo. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.com.br/vale_do_ribeira_informativo.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA: análise mensal. Curitiba, n. 20, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/analise/RET%20Analise%20Mensal%202013-08.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.

SANTANA, R. Modalidade de repasse do FPM reduz possibilidade de uma gestão municipal eficiente. In: **Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3.341, ago. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22488>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SIT). **Visão geral**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?modo=1&sobreposicao=S>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TRISOTTO, F. **Curitiba e Doutor Ulisses**: antagonistas do desenvolvimento humano no PR. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394816&tit=Curitiba-e-Doutor-Ulisses-antagonistas-do-desenvolvimento-humano-no-PR>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

VELLOSO, R. **Ajuste do gasto da união e retomada do crescimento econômico**. São Paulo: Etcó, 2006.

